



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

NOTA TÉCNICA Nº 5/2024/CGEMA/DIPRO

PROCESSO Nº 00807.002357/2024-22

INTERESSADO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS

1. ASSUNTO

1.1. Atender a demanda constante no documento Cota n. 00057/2024/CGEST/PFE-IBAMA-SEDE/PGF/AGU (18404811), que trata de solicitação de subsídios para a elaboração de manifestação do Advogado Geral da União nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 1105.

2. REFERÊNCIAS

2.1. Processo Ibama 00807.002357/2024-22, no qual consta o documento Cota n. 00057/2024/CGEST/PFE-IBAMA-SEDE/PGF/AGU (18404811), objeto de resposta da presente Nota Técnica;

2.2. Processo Ibama 00190.112264/2023-10, no qual o Ofício Nº 19561/2023/SIPRI/CGU (17803129) solicita compartilhamento de informações e eventuais procedimentos de apuração, processos punitivos e autos de infração envolvendo a exploração de sal-gema na região de Maceió/A;

2.3. Processo Ibama 00807.019834/2023-16, no qual o 00807.019834/2023-16 solicita informar se houve atuação do IBAMA, direta ou indireta e de qualquer espécie, que tenha gerado custos diretamente à União, entre outros assunto; e

2.4. Processo Ibama 02001.041700/2023-74, no qual consta o Ofício OG nº 144/2023.01.1 (Documento OFÍCIO Nº 10129/2023/MMA (17810463), do Governador do Estado de Alagoas, senhor Paulo Suruagy do Amaral Dantas, que solicita "ajuda para o estado de Alagoas e a população de Maceió" com o objetivo de remediar os prejuízos socioambientais causados pela empresa Braskem.

3. ANÁLISE

3.1. A Coordenação-geral de Atuação Jurídica Estratégica da Procuradoria Federal Especializada no Ibama, por intermédio do documento Cota n. 00057/2024/CGEST/PFE-IBAMA-SEDE/PGF/AGU (18404811), informa sobre "ação ajuizada pelo Estado de Alagoas e tem por objetivo impugnar os acordos celebrados extrajudicialmente e homologados nos autos de diversos processos, especificamente no que diz respeito a duas espécies de cláusulas: (i) aquelas que conferem ampla, geral e irrestrita quitação ao poluidor pelos danos causados pela atividade de mineração da empresa BRASKEM no Município de Maceió/AL; e (ii) aquelas que autorizam a aquisição da propriedade e a exploração econômica da área afetada pelo poluidor".

3.2. Diante de exposto, solicita subsídios para a elaboração de manifestação do Advogado Geral da União nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 1105, e requer a esta Coordenação-Geral de Emergências Ambientais (CGema), que preste os esclarecimentos que entender pertinentes e, em especial, que responda aos seguintes quesitos, os quais são apresentados seguidos da respectiva resposta:

a) O IBAMA participou direta ou indiretamente das discussões relacionadas aos acordos extrajudiciais mencionados na petição inicial? Esclareça.

Resposta: Esta CGema/Dipro não participou de qualquer discussão sobre os acordos extrajudiciais mencionados na petição inicial, e nem foi convidado a participar de

qualquer reunião sobre o tema.

b) O IBAMA saberia informar se a subsidência ocorrida em Maceió-AL afetou alguma área de domínio da União?

Resposta: Não há evidências, até o momento, de que subsidência ocorrida em Maceió-AL, especificamente o colapso da mina 18 da exploração de sal-gema da empresa Brasken tenha afetado alguma área de domínio da União. Contudo, somente com a realização de estudo pormenorizado poderia garantir se ocorreu ou não dano a bens da União.

c) O IBAMA saberia informar se os danos ambientais ocasionados pela atividade econômica desenvolvida pela mineradora Braskem afetaram ou têm potencial de afetar mais de um município?

Resposta: Considerando a Lei Complementar nº 140 de 08 de dezembro de 2011, considerando que a Licença de Operações (LO) foi, por competência, emitida pelo Instituto do Meio Ambiente de Alagoas-IMA/AL e, portanto, por não se tratar de tema de competência deste Instituto, não foram feitos estudos por parte do Ibama para avaliar se "os danos ambientais ocasionados pela atividade econômica desenvolvida pela mineradora Braskem afetaram ou têm potencial de afetar mais de um município".

d) O IBAMA saberia informar se há possibilidade de os citados danos ambientais se alastrarem ou se agravarem ao longo do tempo?

Resposta: Não há evidências, até o momento, de que os danos ambientais se alastrem ou se agravem ao longo do tempo. Contudo, somente com a realização de estudo pormenorizado poderia identificar "se há possibilidade de os citados danos ambientais se alastrarem ou se agravarem ao longo do tempo".

e) O IBAMA teria condições de informar se o valor da indenização ambiental (R\$ 1,5 bilhões de reais) fixado na Ação Civil Pública nº 0806577-74.2019.4.05.8000("ACP Socioambiental") é suficiente ou razoável para reparar ou compensar os danos ambientais causados pela mineradora Braskem?

Resposta: Estudo de cálculo de dano ambiental cujo resultado poderia servir de base para valoração de respectiva indenização, não são realizados no âmbito desta CGema/Dipro, por competências. Sugere-se verificar o tema junto à Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas (DBFlo) que, caso possa realizar o cálculo, necessitará de tempo para fazê-lo, se for o caso.

f) O IBAMA teria condições de afirmar se a eventual exploração das áreas afetadas teria o potencial de agravar os danos ambientais verificados na localidade.

Resposta: De acordo com os estudo realizados pelo IMA/AL e pelo Serviço Geológico do Brasil - GeoSGB (antigo Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM), a exploração de sal-gema pela empresa Brasken causou os danos ambientais verificados na localidade. O Ibama, por ausência de competência sob a exploração de sal-gema em questão, não realizou de estudo pormenorizado para afirmar "se a eventual exploração das áreas afetadas teria o potencial de agravar os danos ambientais verificados na localidade".

3.3. É interesse desta CGema/Dipro reiterar que não há e nunca houve qualquer participação e/ou acompanhamento desta coordenação-geral sobre a celebração de acordos "extrajudicialmente e

homologados nos autos dos processos nº 0803836-61.2019.4.05.8000 ("ACP dos Moradores"), 0806577-74.2019.4.05.8000 ("ACP Sociambiental") e 0812904-30.2022.4.05.8000 ("Acordo para Implementação de Medidas Socioeconômicas destinadas à Requalificação da Área do Flexal") - (18404809).

3.4. É interesse registrar também que, considerando a competência do Ibama para prestar "assistência e apoio operacional às instituições públicas e à sociedade em caso de acidentes e emergências ambientais de relevante interesse ambiental" (Art. 2º, inciso IX, Decreto 11.905/2022), os servidores da CGema/Dipro e do Nupaem/Ibama/AL vem prestando apoio à Defesas Civil Estadual e Municipal no caso do monitoramento das mina de sal-gema da empresam Braskem, sobretudo com a disponibilização de equipamentos logístico e de monitoramento, bem como pessoal capacitado.

4. CONCLUSÃO

4.1. Conforme apresentado e considerando a sua esfera de competências, o Ibama, dentro de suas competência no caso concreto, limita-se a adotar as medidas possíveis para contribuir com o IMA/AL e os demais órgãos envolvidos na resposta ao acidentes em comento, sobretudo com a disponibilização de equipamentos logístico e de monitoramento, bem como pessoal capacitado.

4.2. Considerando que foi atendido o pleito constante no no documento Cota n. 00057/2024/CGEST/PFE-IBAMA-SEDE/PGF/AGU (18404811), tanto pela presente Nota Técnica quanto pelo Despacho Nupaem-AL (18432215), sugere-se encaminhar ambos, com brevidade, à PFE/Ibama para conhecimento e adoção dos procedimentos cabíveis, se for o caso.

4.3. É a manifestação,

(assinado eletronicamente)

MARCELO NEIVA DE AMORIM

Coordenador Geral de Emergências Ambientais

Portaria de Pessoal GM/MMA n.º 271, no DOU em 07/11/2022, Seção 2



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO NEIVA DE AMORIM, Coordenador-Geral**, em 26/02/2024, às 21:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **18459514** e o código CRC **CAD624C5**.